



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado EDUARDO BISMARCK – PDT/CE**

**PARECER PROFERIDO EM PLENÁRIO À EMENDA DO  
SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.416, DE 2021**

**EMENDA DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.416, DE  
2021**

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado EDUARDO BISMARCK

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, tendo sido a matéria remetida ao Senado Federal em 09/08/2023. Naquela Casa, sofreu alteração de mérito e remetida de volta à Câmara dos Deputados em 14/09/2023 sob a forma de Emenda do Senado Federal ao PL nº 4.416, de 2021, a qual é objeto de descrição neste Relatório.

A Emenda do Senado Federal altera a ementa e o art. 1º do Projeto para estender o incentivo fiscal de redução do imposto sobre a renda e adicionais à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).



No seu retorno à Câmara dos Deputados, para apreciação da modificação aprovada no Senado Federal, a matéria foi distribuída às Comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD)

Foi aprovado requerimento de urgência, estando à matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

### II. 1 - Pressupostos de constitucionalidade e juridicidade da matéria

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade na Emenda do Senado Federal ao PL n° 4.416, de 2021.

A Emenda proposta atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre a alteração proposta com a disposição da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, a emenda revela-se adequada. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, a emenda se amolda aos preceitos da Lei Complementar n° 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.



## II. 2 – Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

A Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, propõe estender o incentivo fiscal de redução do imposto sobre a renda e adicionais à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Nesse sentido, por criar novo benefício fiscal, promove impacto no orçamento da União, sob a forma de renúncia de receita, devendo a tramitação da proposição, subordinar-se aos ditames do art. 14 da LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O art. 14 da LRF exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atender o disposto na LDO e a pelo menos uma de duas condições alternativas. Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implantadas tais medidas.

No mesmo sentido, a LDO estabelece que as proposições que tratem de renúncia de receita devem estar acompanhadas da estimativa de impacto orçamentário e financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes e, alternativamente, demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária; ou fazer-se acompanhar de medida compensatória que anule o efeito da renúncia no resultado primário, por meio de aumento de receita corrente ou redução de despesa.

Por fim, cumpre destacar que a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, conferiu *status* constitucional às disposições previstas na LRF e na LDO. Nesse



sentido, o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reforçou o controle sobre alterações legislativas geradoras de impacto orçamentário, ao estabelecer que “a *proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro*”.

A Emenda do Senado Federal promove impacto fiscal sob a forma de renúncia de receita, cujo montante não se acha devidamente explicitado nem compensado. Em face desse aspecto, restam desatendidas as exigências e condições estabelecidas pelos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados.

Feitas essas considerações, somos pela incompatibilidade e pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.416, de 2021.

## **II. 3 - Mérito, no âmbito das Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Finanças e Tributação**

Quanto ao mérito, não obstante a virtude e a boa intenção da proposição entendemos que, neste momento em que o governo e o Congresso Nacional estão empenhados em aprovar medidas que promovam o equilíbrio das contas públicas, seria irresponsável e não recomendável a extensão do programa de incentivos, que promove impacto fiscal, sem um estudo mais profundo da efetividade e da necessidade dessa proposta.

## **II. 4 – Conclusão**

Ante o exposto, somos:

I – pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania;



II – pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação;

III – no mérito, pela rejeição da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, no âmbito das Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Finanças e Tributação.

Sala das Sessões, em            de            de 2023.

*(assinado eletronicamente)*

**EDUARDO BISMARCK**

Deputado Federal

PDT/CE

2023-19023



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 9º andar – Gabinete 936 | 70160-900 Brasília-DF  
Tel (61) 3215-5936 | [dep.eduardobismarck@camara.leg.br](mailto:dep.eduardobismarck@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232227662800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Bismarck

